

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### **RECURSO :**

À  
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2023; PROCESSO ADMINISTRATIVO 50300.022166/2022-94

CIRION TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA., já devidamente qualificada nos autos do processo licitatório em epígrafe, vem à presença de V. Sa., por seu representante legal, com amparo na Lei nº 10.520/02, Decreto Lei nº 10.024/19, no artigo 109, inciso I, alínea "b" da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 11, do instrumento convocatório do certame supracitado, interpor,

#### RECURSO ADMINISTRATIVO

em desfavor do julgamento proferido durante o Certame em epígrafe, concernente à habilitação da empresa CLARO S.A., pelas razões abaixo aduzidas, requerendo o conhecimento e provimento ao recurso, ante a ausência de cumprimento de itens editalícios, exigíveis à todas as licitantes, cujo cumprimento é necessário diante do princípio da legalidade e da isonomia.

#### I - DO BREVE PREÂMBULO FÁTICO

Trata-se de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, movido pela AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, que tem como objetivo:

"[...] CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO CORPORATIVA DE COMUNICAÇÃO DE DADOS CAPAZ DE PROVER A INTERLIGAÇÃO DA SEDE DA ANTAQ ÀS UNIDADES REMOTAS NOS ESTADOS (REDE WAN) E CONEXÃO DE INTERNET, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, CONFORME TABELA ABAIXO. O SERVIÇO ENGLOBALA INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E DE ENLACES DE COMUNICAÇÃO"

Transcorridas as devidas fases, sobreveio decisão convocando a empresa CLARO S.A., que apresentou sua proposta, sendo esta aceita pelo Pregoeiro, que eventualmente a declarou vencedora do certame.

Todavia, a referida decisão, com as elevadas vênias, merece reforma, no sentido de inabilitar a Empresa, uma vez que esta DEIXOU DE ATENDER PLENAMENTE às especificações exigidas pelo Edital, bem como pela legislação pertinente, como demonstraremos a seguir.

Com essas premissas estabelecidas, adentra-se ao mérito recursal, chamando a atenção de V. Sra. as mais variadas irregularidades destacadas. Senão vejamos:

#### II – DAS RAZÕES RECURSAIS – NÃO CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DO EDITAL.

O principal ponto objetivado pelo presente é questionar a habilitação da Recorrida, visto que a mesma, após a análise técnica, fora considerada habilitada em que pese haver não haver cumprido com critérios claramente estabelecidos no Edital, deixando de atender aos critérios de participação do presente certame.

Ficará nítido no presente Recurso que estas diversas questões técnicas merecem reavaliação desta Ilustre Comissão.

#### - VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO

Entre os documentos juntados pela Recorrida, se encontra sua Declaração do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

Ocorre que, ao analisar-se o referido documento, é possível verificar que a empresa CLARO se encontra impedida de licitar e contratar em três frentes diferentes:

Impedimento de Licitar no Âmbito:  
CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM / 389320-CONSELHO FEDERAL DE  
JUSTICA ELEITORAL / 70006-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI

O Edital estabeleceu como vedação ao critério de participação, empresas que:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma vigente da lei.

Veja-se que o Edital não limitou a referida vedação à "no Âmbito na ANTAQ" ou ao "Ente Federativo ligado à ANTAQ", de forma que QUALQUER penalidade de impedimento eventualmente aplicada à empresa seria causa para vedar sua participação no presente certame.

Mister reforçar, inclusive, que não houve pedido de esclarecimento ou impugnação pela CLARO (ou qualquer outra

empresa), combatendo a cláusula em questão.

O Edital, portanto, estabelece estarem vedadas de participarem do certame empresas que tenham sido penalizadas com o impedimento de licitar.

Assim, ao analisar a proposta da Recorrida, deveria o Pregoeiro ter-se valido do que dispõe o item 8.5, que assim estabeleceu:

8.5 Será desclassificada a proposta ou lance vencedor (....) que:

8.5.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital

Veja-se, pois, que a Recorrida não atendeu as exigências editalícias, visto que jamais poderia ter participado da licitação em primeiro lugar, por possuir mais de uma penalidade de impedimento de licitar, trazendo a aplicação do item 4.2.1, do Edital.

Como se denota, é cristalino e indiscutível que a norma editalícia estabelece parâmetros MÍNIMOS e de observância OBRIGATÓRIA para a participação dos licitantes, sendo desnecessário discorrer ainda mais sobre a importância dos documentos apresentados para a habilitação das concorrentes e comprovação de serviços executados sobretudo para assegurar o interesse da Administração Pública.

É o dever primeiro dos entes públicos que, ao assim procederem, estão a dar cumprimento ao comando constitucional insculpido no caput do art. 37, da Carta Federal, que lhes exige a estrita observância, em seu agir, dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, do julgamento objetivo, da vinculação ao Instrumento Convocatório, e da eficiência, dentre outros basilares à atividade administrativa.

In casu, a Administração não pode ser conivente com o descumprimento contumaz de disposição, diga-se: INDISPENSÁVEL para a participação em certame onde se concorre para prestação dos serviços almejados pela Administração. Muito menos desprezar a legislação correlata que dá validade aos documentos ofertados pelas empresas.

A classificação e habilitação da Recorrida no certame fere os mais basilares princípios da licitação, como o da Igualdade, Legalidade, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, da Moralidade e inclusive o Princípio do Julgamento Objetivo.

O princípio da igualdade entre os licitantes, proeminente sobre os demais, no presente caso, veda a existência de quaisquer privilégios para os participantes do certame, principalmente quando tais privilégios são concedidos pela própria administração pública.

O direito de participação em pé de igualdade de condições decorre diretamente de nosso ordenamento jurídico, interpretado literalmente, pois o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, prescreve:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Ora, a igualdade de tratamento entre os concorrentes é a espinha dorsal da licitação. É condição sine qua non e indispensável da existência de competição real, efetiva e concreta. Só existe disputa entre iguais. A luta entre desiguais é farsa (ou, na hipótese melhor: utopia). Nessa linha, a lei rechaça totalmente qualquer tipo de privilégio a qualquer licitante, o que é reproduzido pela Lei 10.024/19:

Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

E é exatamente por tal razão, que a Administração Pública deve sempre ficar adstrita aos termos do instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato, não podendo admitir que as propostas sejam aquém do mínimo estabelecido pela própria norma reguladora, ou mesmo trazida em descompasso a esta regra.

Também não se pode permitir JAMAIS, é que a Administração fixe no edital o modo e a forma de participação dos licitantes, bem como os documentos indispensáveis, e, no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento, se afaste do estabelecido, admitindo a participação de empresa que FERE diretamente as condições de participação.

Para que haja a real igualdade de tratamento entre os licitantes, é imprescindível que o julgamento do gestor se apoie em fatores concretos, pedidos pela Administração, assim como também se apoie nos termos do exigido pelo edital e, sobretudo por lei, sendo assim um julgamento objetivo. Em tema de licitação, a margem de valoração subjetiva e de DISCRICIONARISMO NO JULGAMENTO, É REDUZIDA E DELIMITADA PELO ESTABELECIDO NO EDITAL.

A manutenção da habilitação da recorrida também AFRONTA A MORALIDADE ADMINISTRATIVA, que deve permear toda atividade do administrador público, exigindo uma atividade responsável e coerente para a correta identificação dos padrões de conduta que individualizam o bom administrador, vinculando-o à finalidade pública que é peculiar à

atividade estatal, sempre com a necessária impessoalidade que deve estar presente em atos desta natureza.

A moralidade limita e direciona a atividade administrativa, tornando imperioso que os atos praticados pela Administração Pública não subjuguem os valores que defluam dos direitos fundamentais do particular.

Além de restringir o arbítrio, preservando o direito do particular, a moralidade confere aos administrados o direito subjetivo de exigir do Estado a máxima probidade em todos os seus atos.

No caso em espécie, não houve um julgamento real, justo, lícito e objetivo a respeito da habilitação da Recorrida, já que, como dito, descumpriu inobservadamente o instrumento convocatório.

O princípio da legalidade, bem como o do julgamento objetivo foram DESVALORIZADOS integralmente pela autoridade administrativa, que desatendeu inclusive o princípio constitucional da isonomia, ao conceder tal prerrogativa à referida empresa, qual seja, a possibilidade de apresentar documentos que não condizem com a validade dada pela legislação pertinente.

Trata-se do princípio basilar da legalidade que deve ser obedecido de forma imperiosa e estrita pela Administração Pública, até mesmo porque, tal vinculação, tem por finalidade única a exclusiva de assegurar a Administração Pública da efetiva garantia da devida prestação dos serviços licitados, por parte do eventual contratado.

Fatalmente, permitir que a Empresa prossiga nas demais fases da licitação COLOCA A CONTRATAÇÃO EM SÉRIOS RISCOS PARA O ÓRGÃO, quando na verdade a finalidade da norma foi a de SALVAGUARDAR O INDISPONÍVEL INTERESSE PÚBLICO, EVITANDO UMA CONTRATAÇÃO IRRESPONSÁVEL.

A segurança jurídica dos contratos celebrados pelo Poder Público é um valor que tem sede constitucional. Vincula, portanto, não apenas o legislador ordinário, mas também o aplicador e intérprete da lei, os quais jamais devem se furtar ao dever de velar pela idoneidade e efetiva eficiência do proponente. A idéia é, como já ressaltado, de salvaguardar o interesse público E É POR TAL RAZÃO QUE A INABILITAÇÃO DA RECORRIDA É A MEDIDA MAIS JUSTA E LÍCITA PARA O PRESENTE FEITO.

Pede-se em singelas palavras que as questões aqui aventadas sejam analisadas e, por conseguinte, rechaçadas as irregularidades pelo órgão licitante, porque a manutenção do feito fere normas cogentes de direito público, às quais ninguém, especialmente o administrador público, pode se furtar do conhecimento e subsunção.

### III - DO PEDIDO

Posto isto, tendo em vista todos os fundamentos acima mencionados, requer à V.Sa., com acatamento e respeito, que dê provimento ao recurso da empresa recorrente para reformar a decisão combatida, declarando a empresa CLARO S.A.. inabilitada do certame.

Na hipótese, ainda que remota, de não reforma da decisão ora objurgada, requer que o presente recurso seja remetido à autoridade superior, para melhor apreciação.

Termos em que,  
Pede deferimento.

São Paulo, SP, 21 de junho de 2022.

CIRION TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA.

**Fechar**